



SALA DE LEITURA

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL – PEC&A

VERSÃO PARA PÚBLICO

Público

NÃO FORMAL

MÓDULO 6b

MÓDULO: “SANEAMENTO IMPLICA EM MAIS SAÚDE”

1. IDENTIFICAÇÃO DO MÓDULO: NF6b

TEMA: (VI) Saneamento e Saúde

TÓPICO: 6b - ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DOENÇAS

MÓDULO: Saneamento implica em mais saúde

2. ROTEIRO DE LEITURA

TEXTO: “Mais de 115 mil famílias do DF convivem sem esgoto tratado”.

Leia o texto e reflita sobre as seguintes perguntas:

1. O Distrito Federal é o recordista do país em coleta de esgoto, 85% dos domicílios urbanos na cidade têm rede, mas ainda há muito lugares que o serviço não chega, são mais de 115 mil famílias convivendo com rejeitos a céu aberto ou utilizando fossas rudimentares e sépticas, segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). De que forma esse percentual ainda não coberto influencia o meio ambiente e a saúde?
2. No Distrito Federal, as regiões sem saneamento são, na maioria, aquelas em terrenos não regularizados. Nas áreas sem esgoto tratado, os moradores usam fossa para se livrar dos dejetos e os resíduos provenientes do tanque e da pia da cozinha, são despejados para fora por um cano. Como isso interfere na proliferação de doenças diretas e indiretas?
3. A realização de sistemas de coleta de efluentes em áreas de invasão estimularia ainda mais esse tipo de ocupação? Traria algum tipo de ganho ambiental e/ou social?

CORREIO BRAZILIENSE

Mais de 115 mil famílias do DF convivem sem esgoto tratado

Por Flávia Maia, 22/02/16.

Enquanto o conflito burocrático existe e a solução parece distante, as famílias aprendem a viver com as condições



A cidade conta com 85% dos domicílios alcançados pelo saneamento, mas há situações em que o crescimento urbanístico foi mais rápido: no bairro Santa Luzia, na Estrutural, os moradores sofrem dentro e fora de casa.

A proximidade com o Palácio do Planalto não garante à população do Distrito Federal a ausência de problemas que o Brasil não consegue resolver, como o acesso ao esgoto tratado nas cidades. Embora a cobertura da capital seja recordista no país — 85% dos domicílios urbanos na cidade têm rede, enquanto no Brasil o índice é de 42% —, existe uma parcela para a qual o serviço não chega. São mais de 115 mil famílias convivendo com rejeitos a céu aberto ou utilizando fossas rudimentares e sépticas, segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Mais do que a falta de verba, o impasse da expansão do sistema esbarra na questão fundiária. No DF, as regiões sem saneamento são, na maioria, aquelas em terrenos não

regularizados. Diante da realidade, o Estado se vê em um impasse: de um lado, garantir a saúde pública com acesso a saneamento; do outro, implantar obras de infraestrutura e consolidar ocupações irregulares.

Enquanto o conflito burocrático existe e a solução parece distante, as famílias aprendem a viver com as condições. Nas áreas sem esgoto tratado, os moradores usam fossa para livrar dos dejetos. Nesses locais é comum ver um pequeno buraco coberto com concreto, telhas ou uma ripa de madeira, e um cano alto em frente às casas — do compartimento saem os gases acumulados, impedindo a fossa de explodir. Outra cena comum são valas cheias de água suja. Como o custo de limpar a cavidade fica para o proprietário da casa, muitos preferem ligar apenas o banheiro ao sistema. Os resíduos de outros cômodos da casa, como máquina de lavar, tanque e pia da cozinha, são despejados para fora por um cano. O resultado é a proliferação de doenças infecciosas e aumento de incidência de mosquitos, como *Aedes aegypti*, agente de doenças que preocupam o Brasil, como a dengue e a zika. Fora o desgaste do asfalto e a erosão nas áreas não pavimentadas.

Dos bairros sem esgoto, o de Santa Luzia, na Estrutural, é um dos mais críticos. Embora boa parte da cidade tenha saneamento, o endereço ainda não foi contemplado. Para transitar pelas ruas, os moradores precisam desviar das poças. As crianças brincam entre o lixo e a água suja. O pedreiro Antônio Marcos Costa e Silva, 33 anos, mora há menos de 30 metros de uma estação de tratamento de esgoto, mas não tem acesso ao serviço. Segundo ele, a rede está sobrecarregada e comumente estoura. O cheiro de chorume é constante. Quando os caminhões, rumo ao Lixão da Estrutural, passam pelo local e o líquido parado é remexido, o odor piora. “Eu moro aqui desde 2006 e nada muda. A gente só aguenta esse fedor podre porque é a única opção”, lamenta. Além de não ter acesso a esgoto, a família de Antônio só conta com água tratada porque conseguiu fazer uma gambiarra. Mesmo assim, ele comenta que os filhos e a mulher sofrem com constantes diarreias. Para o futuro, ele pretende comprar um filtro.

Para melhorar a condição sanitária da família, Luzia Rio Tinto da Silva, 57, também moradora do bairro de Santa Luzia, resolveu aterrar a fossa da casa. Ela fez um acordo com o vizinho da rua de frente, que já tem esgoto, e ligou o da casa dela à dele. “Por aqui tem mosca demais porque as pessoas jogam carniça, comida podre e cachorro morto na frente da minha casa. Com a fossa, juntava ainda mais. Não aguentava mais pegar virose e ter dor de barriga”, comenta.

Outra região crítica é o Mestre d’Armas II, em Planaltina, o local não tem esgoto. A água tratada vem de uma ligação clandestina feita pelos moradores às adutoras da Companhia de Saneamento do Distrito Federal (Caesb). “O ruim é que, às vezes, a água vem fraquinha”, conta Francisco das Chagas Silva, 66 anos. O medo de faltar o líquido faz com que o aposentado armazene água em um tambor de 200 litros. A sua fossa é coberta com uma telha de amianto.

Regularização e saúde pública

A infraestrutura sanitária levanta o debate entre saúde pública e ocupação ordenada do território. Esse dilema entre oferecer o serviço em áreas de invasão é brasileiro, mas ganha proporção no DF, onde 24,5% das residências - quase 202 mil domicílios - estão localizadas em terrenos não regularizados. Segundo Antônio Harada, assessor especial da Diretoria de Engenharia da Caesb, a empresa não pode colocar a infraestrutura de esgoto em área de invasão. “A orientação é a de não estimular as invasões dando estrutura para esses locais”, explica. “A gente tem exceções, como áreas de interesse social, onde há preocupação com saúde pública”, complementa. Endereços com interesse social no Plano de Ordenamento Territorial (PDOT) podem receber estrutura de esgoto - é o caso de Vicente Pires.

Para Leo Heller, relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre água e saneamento, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), o discurso de que o saneamento favorece a legalização de terras é recorrente. Porém, em sua análise, o direito humano à água e ao esgotamento sanitário deve prevalecer. “O argumento de que o saneamento favorece a legalização de invasões não é adequado do ponto de vista dos direitos humanos. As populações sem esgoto geralmente são mais vulneráveis. Sem o serviço, as carências serão potencializadas, vai gerar mais pobreza, menos educação, mais doenças, mais desigualdade de gênero”, defende.

Apenas em 2009, com a lei que criou o programa Minha Casa, Minha Vida, que o governo federal instituiu regras admitindo infraestrutura pública em terrenos não legalizados. Enquanto isso, as ocupações irregulares foram crescendo no Brasil e no DF, algumas com mais de 20 anos de existência, e com processos morosos de regularização. Sem critério nacional, algumas comunidades recebiam os benefícios de infraestrutura, outras não, todas dependentes de leis locais e da vontade dos gestores públicos. Na opinião do secretário de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, Thiago de Andrade, a lei federal trouxe critérios objetivos, como por exemplo, a invasão ter mais de cinco anos de existência. “A gente tem que trabalhar para garantir os vários direitos difusos, tem que investir em infraestrutura, mas não podemos sobrepor outros direitos, como o de manutenção do meio ambiente e da ocupação ordenada do solo”.